

@sinjorpa  
@gcodes\_ufpa  
@transverso.ufsc

## MINICURSO VIRTUAL VIOLÊNCIA DE GÊNERO E COBERTURA JORNALÍSTICA

✓ Inscrições abertas

Parceria:



Agosto  
lilás

Mês de Enfrentamento à  
Violência contra a Mulher

# VIOLÊNCIA DE GÊNERO E COBERTURA JORNALÍSTICA

Terezinha Silva  
UFSC

### Como citar este trabalho:

Silva, Terezinha. *Violência de gênero e cobertura jornalística*. Minicurso ministrado. Grupos de Pesquisa GCODES (PPGCP/PARÁ), Transverso (PGJOR/UFSC) e Sindicato de Jornalistas do Pará (Org.). Online. 21 ago 2024. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1XJKA8um2LkGqfPZL\\_L7N1II7F2jbAqHy?hl=pt\\_BR](https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1XJKA8um2LkGqfPZL_L7N1II7F2jbAqHy?hl=pt_BR)



*transverso*  
JORNALISMO, INTERESSE PÚBLICO E CRÍTICA  
PPG JOR | UFSC

# ROTEIRO

- ◉ Pesquisa sobre cobertura jornalística de feminicídios (a partir de 2021)
- ◉ Principais problemas
- ◉ Como melhorar a qualidade da cobertura

# MARCOS LEGAIS

- ◉ Dois marcos normativos importantes sobre violência contra mulheres:
- **Lei Maria da Penha: nº 11.340, de 07/08/2006:** define a violência contra a mulher, criando mecanismos para combater a violência doméstica e familiar que vitima as mulheres.
- ❖ Tipos de violências: física, psicológica, sexual, patrimonial, moral.
- ❖ Criminaliza a violência contra mulheres e estabelece políticas de prevenção e proteção: juizados especiais para julgamento, ampliação de delegacias da mulher, e rede de apoio às vítimas.
- **Lei do feminicídio, 13.104, de 09/03/2015:** estabelece o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio no Código Penal e o inclui no rol dos crimes hediondos.

# MARCOS LEGAIS

- ◉ Lei de 2015: feminicídio é o assassinato de uma mulher em decorrência de seu gênero: ***“por razões da condição de sexo feminino”, o que envolve “violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher”***.
- ❖ Um avanço normativo importante porque:
  - Mudou a forma de tratamento pelo sistema de justiça criminal;
  - Impôs maior rigidez na responsabilização do autor;
  - Permitiu a construção de dados e estatísticas para formular políticas públicas, dar visibilidade ao problema e ampliar a compreensão sobre o ciclo de violências que pode levar ao feminicídio.

# O QUE É UM FEMINICÍDIO?

- É o resultado final de um ciclo de violências contra a mulher: “o feminicídio representa o extremo de um *continuum* de terror anti-feminino e inclui uma ampla variedade de abusos verbais e físicos”(Caputi; Russell, 1992: 115).
- Não é um homicídio como outros, ele tem uma motivação de gênero. O termo feminicídio foi fundamental para explicitar que é um crime misógino: “*ódio e desprezo pelo corpo feminino e pelos atributos associados à feminidade*” (Segato, 2006: 04).

# A PESQUISA E O CONTEXTO

- ◉ **Pesquisa atual (2023):** “*Feminicídios na cobertura jornalística: permanências e mudanças em padrões de tratamento*” (abrangência regional, nacional e estudo comparado com Espanha).
- ◉ **Pesquisa realizada entre 2021 e 2023:**
  - “*Os feminicídios em Santa Catarina e a cobertura jornalística: mapeamento de um problema público*” - Grupo Transverso - Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica, do PPGJOR/UFSC.
  - Feminicídios ocorridos em Santa Catarina e noticiados pela imprensa entre março de 2015 (*Lei do Feminicídio*) e 2021;
  - Mídias jornalísticas da Rede NSC, agregadas no Portal da NSC. Principal grupo de comunicação, veículos em todas as regiões de SC.

# A PESQUISA E O CONTEXTO

- ◉ No Brasil, mídias regionais têm uma significativa importância (dimensões continentais do país).
- **Brasil:** 201 milhões hab.; 1.467 feminicídios (2023): é o 5º país no mundo com maior número de feminicídios em relação à população. Taxa: 1,4 feminicídio por 100 mil mulheres.
- ❖ Alguns exemplos (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023):
  - **Santa Catarina:** 7,6 milhões hab.; 57 feminicídios; 1,5/100 mil.
  - **Pará:** 8,1 milhões hab.; 57 feminicídios; 1,4/100 mil.
  - **DF:** 2,5 milhões hab./33 feminicídios/2,2 por 100 mil.
- ◉ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>

# A PESQUISA E O CONTEXTO

- ◉ Estatísticas não melhoram: Violência de Gênero (VG) e feminicídios = problema público, que exige ação coletiva, envolvendo vários atores e instituições, inclusive as mídias.
- ◉ Decreto 11.640/2023 institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Um dos eixos é a prevenção primária:
  - ❖ "ações planejadas para evitar que a violência aconteça e que visem à mudança de atitudes, crenças e comportamentos para eliminar os estereótipos de gênero, promover a cultura de respeito e não tolerância à discriminação, à misoginia e à violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, e para construir relações de igualdade de gênero, envolvidas as ações de educação, formal e informal, com a participação de setores da educação, da cultura, do esporte, da comunicação, da saúde, da justiça, da segurança pública, da assistência social, do trabalho e do emprego, dentre outros" (Decreto 11.640/2023).
  - Coberturas de feminicídios: atentar para a prevenção primária. Não reforçar "códigos de gênero" presentes na cultura e nas formas de interpretar a realidade, que retroalimentam o cenário de violência de gênero.

# A PESQUISA

- **Objetivo:** compreender o tratamento dos assassinatos de mulheres nos anos posteriores à Lei do Feminicídio.
- Em que medida a maior visibilidade dos crimes era acompanhada por um maior aprofundamento no tratamento do problema da violência de gênero (VG) que está na base desses crimes?

# COMO A IMPRENSA TRATA HISTORICAMENTE OS FEMINICÍDIOS?

- Pesquisas anteriores sobre assassinatos de mulheres por (ex)maridos ou (ex)companheiros há quase duas décadas apontam vários limites da cobertura:
  - priorizam a descrição da cena do crime e a perspectiva policial;
  - priorizam fontes de informação da polícia;
  - o crime é tratado como algo isolado, episódico (Vivarta, 2011, p.8).
  - raramente mencionam o histórico anterior de violências;
  - raramente mencionam a rede de apoio às mulheres, as políticas públicas e as instituições que podem lhe dar assistência;
  - raramente questionam os governantes sobre ações para evitar novos crimes;

# COMO A IMPRENSA TRATA HISTORICAMENTE OS FEMINICÍDIOS?

- Reforça representações estereotipadas sobre papéis de gênero e comportamentos socialmente esperados das mulheres, invertendo a responsabilidade pelo crime. Culpabilizam ou responsabilizam as vítimas. Revitimização (Prado e Sanematsu, 2017, p. 148-149).
- ◉ Negligencia a dimensão estrutural do problema e aspectos contextuais que permitam compreender a violência de gênero no quadro mais amplo de valores sociais ligados ao machismo, ao patriarcalismo, ao sexismo.
- ◉ Diferentes mídias, de distintos contextos, têm em comum a dificuldade de tratar as violências físicas e simbólicas contra mulheres como componentes das relações de gênero e resultado do machismo sofrido por elas. (Leal *et al.*, 2020).

E COMO A IMPRENSA TRATA  
ESSES CRIMES A PARTIR DA  
LEI DO FEMINICÍDIO?

# A PESQUISA E OS RESULTADOS

- ◉ Análise **776 matérias** publicadas pelo Portal da NSC, durante sete anos de cobertura (2015-2021):



- ◉ 587 sobre crimes específicos (concretizados ou tentativas);
- ◉ 189 abordando a temática, não um crime.

- ◉ **Protocolo de análise de cobertura jornalística de feminicídios** (Silva e Bertasso, 2022):

1. *Mídia, materialidade e localização: editoria, gênero jornalístico, destaque/imagens; autoria etc.*
2. *Crime: se definido como feminicídio; motivações; violências anteriores etc.*
3. *A caracterização da vítima e do agressor: identificação, atividade ocupacional; relação entre ambos; interseccionalidade, existência de filhos*
4. *Estratificação do sexo*
5. *As fontes de informação e o que dizem sobre o crime e/ou sobre o problema da violência de gênero;*
6. *As matérias gerais abordando a temática e não um crime.*

## PRINCIPAIS RESULTADOS

### ◉ Fontes de informação:

- A polícia é a principal fonte. É a **única fonte** em 322 de 587 matérias sobre crimes;
- Ou seja, feminicídio é visto como assunto de polícia; no máximo, da Justiça; não da sociedade civil e do Estado porque estas outras fontes pouco aparecem.
- Entre as fontes da polícia é baixa a presença de mulheres: de 240 notícias com identificação de nomes, 213 se referiam a homens e 27 a mulheres.

# PRINCIPAIS RESULTADOS

- ◉ **Fontes de informação:**
- ◉ **Informações de familiares (94) e amigos(as) da vítima (56)** ajudam a caracterizar melhor aquela mulher, mostrar sua história, suas lutas, sua relação com o agressor, o ciclo de violência que antecedeu o feminicídio, as resistências contra a violência, muitas vezes sem apoio de pessoas próximas (naturalização) e principalmente do Estado (rede de proteção);
- ◉ **A versão do agressor ou de seus advogados (70)**, através da Polícia, é reproduzida por jornalistas sem problematizar as motivações alegadas para o crime: “não aceitava o fim do relacionamento”; “ciúmes”, “perdeu a cabeça”. Notícias não problematizam desigualdades de gênero, tentativas de controle sobre a mulher, concepção sobre masculinidade etc.
- ◉ Importante destacar que na maioria dos feminicídios a motivação alegada é o término do relacionamento;

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- ◉ As autoridades públicas (03) raramente aparecem. Matérias não as questionam sobre ações do Estado para prevenção da violência e proteção aos direitos das mulheres;
- ◉ Presença escassa de especialistas e pesquisadoras (es) de violência de gênero (zero), movimentos sociais e/ou feministas (02) nas notícias sobre crimes.
- ◉ Essas fontes são importantes para focar a violência como problema estrutural de uma cultura machista e para o debate de políticas públicas de enfrentamento.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- ◉ Predomínio de fontes da Polícia e pouco uso de outras fontes influenciam o tratamento jornalístico e a qualidade da cobertura:
- 312 das 587 matérias trataram o crime de forma superficial, episódica; sequer informam se estava sendo investigado como feminicídio ou os canais para denúncia;
- 263 mencionam o problema da violência de gênero, mas de forma tangencial: apenas usam o termo feminicídio; ou explicam o que é este crime; e/ou mencionam estatísticas;
- 12 matérias aprofundam um pouco o problema da violência, através de variadas fontes: abordam causas estruturais; contextualizam o crime como parte de uma cultura machista; questionam a ausência de políticas para enfrentar a violência.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- ◉ O termo feminicídio se torna mais usual a partir do ano 2019 (4º ano após a lei). É um aprendizado social (demorado, mas importante) sobre o viés de gênero desses crimes. A polícia, a justiça, jornalistas e cidadãos começam a se apropriar do termo, embora muitas notícias ainda não o mencionavam;
- ◉ Há um crescimento exponencial de notícias sobre feminicídios, a partir de 2019, mas essa visibilidade não significa um tratamento aprofundado sobre o problema da violência de gênero e formas de enfrentá-lo;
- ◉ Em geral, os feminicídios são relatados no “formato” de outros homicídios. São tratados em poucos e pequenos textos (1 a 3) ou em várias notícias que repetem informações, sem aprofundar.

# PRINCIPAIS RESULTADOS

- ◉ Há feminicídios que têm muita visibilidade: 10 a 20 notícias, mas também não aprofundam sobre o problema da violência de gênero;
  
- ◉ Por que tanta visibilidade? Três fatores:
  1. **Brutalidade ou crueldade do crime:** agressor dissimulado, investigação que desafia a polícia; etc.
  
  2. **Posição social** ou profissão das pessoas implicadas (mulheres professoras, enfermeiras, médicas; agressor advogado, médico etc.);
  
  3. **Mobilização social** de familiares, amigos ou movimentos sociais questionando a investigação policial ou reivindicando justiça em manifestações nas ruas ou nas redes sociais (Silva *et al.*, 2022).

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- ◉ Mesmo nas matérias que tratam da temática do feminicídio sem que o foco seja em um crime, também é considerável a presença de fontes policiais.
- ◉ Eventualmente, há reportagens com diversidade de fontes (especialistas em direito, saúde, psicologia, coletivos feministas). Há melhor contextualização, discussão sobre a importância da educação e de campanhas de conscientização, explicações sobre diferentes tipos de violências etc.
- ◉ A maioria dos textos, porém, pouco aprofunda a discussão sobre o problema da violência de gênero e suas causas. Em geral, eles se limitam a divulgar estatísticas sobre esses crimes.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

- ◉ Em geral, a pesquisa confirma resultados de pesquisas anteriores (desde anos 2010), sobretudo no predomínio de fontes da Polícia, falta de contextualização e de aprofundamento: foco é na descrição e investigação do crime, que pouco elucidada sobre a violência de gênero e sobre as condições para combatê-la;
- ◉ Importante pesquisar e refletir sobre as possíveis causas deste padrão persistente de cobertura: lógica de produção jornalística que prioriza a quantidade e não o aprofundamento, o que parece se agravar com a internet (caça-cliques); a linha editorial de cada mídia; a precarização do trabalho; a formação e especialização de jornalistas etc.;
- ◉ Pesquisa (2021-2023) restrita a um grupo de comunicação de um estado: não generalizável para outros contextos, mas dá pistas importantes para seguir analisando outras coberturas e pensando sobre formas de melhorá-la;
- ◉ Pesquisas em outros estados e nacional são necessárias para observar possíveis mudanças nestes anos recentes.

# COMO MELHORAR A COBERTURA?

- ◉ Boas práticas podem ser retiradas do que é apontado pelas pesquisas e análises feitas há anos por pesquisadoras(es), especialistas em VG, feministas, instituições e entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres (Vivarta, 2011, Prado e Sanematsu, 2017, Leal et al. (2020); Oliveira e Rodrigues (2021), Silva et al, 2022, Silva, 2023); Nota Técnica da DPU (2024); manuais ou guias (Think Olga, 2016; ABI, 2024), entre outros trabalhos.

## ❖ *O que fazer e o que não fazer?*

- Na sequência há um compilado, na forma de **checklist**, para (auto)avaliar a realização de uma cobertura responsável, ética e comprometida com o combate da violência de gênero e dos feminicídios - violação máxima dos Direitos Humanos das mulheres.

## CHECKLIST PARA AVALIAR A QUALIDADE DA COBERTURA DE FEMINICÍDIOS



Na apuração, três cuidados fundamentais: buscar fontes para ir além do enfoque policial-judiciário e de episódio isolado; não revitimizar a mulher; e evidenciar o problema da violência de gênero (VG).

A Polícia e/ou o B.O. são um ponto de partida da pauta, que deve ir além do enfoque policial-judiciário. Na Delegacia, verificar se o crime será investigado como feminicídio e se havia violências anteriores (B.O.s, medidas protetivas), o que ajuda a contextualizar o crime.

Consultar especialistas em violência e outras questões de gênero; profissionais que atuam em organizações e centros de apoio à vítima; ativistas de movimentos sociais. É possível fazer entrevistas não restritas àquele caso específico, que não perdem a atualidade e podem ser retomadas posteriormente.

Utilizar estatísticas ou estudos sobre VG e/ou feminicídios. Contribuem para contextualizar e não tratar como caso isolado. Exemplos: Fórum Nacional de Segurança Pública (Anuário); Instituto Patrícia Galvão; instituições regionais, etc.

## CHECKLIST PARA AVALIAR A QUALIDADE DA COBERTURA DE FEMINICÍDIOS



Cuidar no uso de fontes familiares, vizinhos ou círculo próximo. Elas ajudam, sim, a entender o ciclo de violências anteriores, mas também podem naturalizar ou reforçar estereótipos e códigos de gênero. Cuidar também na abordagem, com respeito à privacidade, sensibilidade à dor e ao luto das pessoas. Apurar se a família constituiu advogado(a).

Se o caso envolver filhos(as) menores, apurar e informar como eles serão acompanhados. Por exemplo, nos conselhos tutelares.

Apurar possíveis falhas na rede de proteção à vítima e questionar os agentes públicos a respeito de ações para evitar outros crimes. É dever do Estado garantir informação, proteção, assistência e reparação.

Verificar no Ministério Público se será exigido o pedido de reparação para vítima sobrevivente (despesas médicas, perda de salário etc.) e/ou para filhos(as) em caso de feminicídio.

Ao buscar e inserir a versão do agressor/suspeito ou advogado(a), mesmo repassadas pela polícia, cuidar para não naturalizar justificativas para o crime ou que amenizem a responsabilidade do autor.

## CHECKLIST PARA AVALIAR A QUALIDADE DA COBERTURA DE FEMINICÍDIOS



Na redação e edição da matéria jornalística, ética e cuidado para usar linguagem adequada, respeitar a vítima e evitar sensacionalismo.

Manter o foco na mulher e na discussão do problema da VG. Sempre que possível, humanizar a vítima, mostrando quem era aquela pessoa, seus sonhos, projetos etc.

Evitar construções que enalteçam a biografia do agressor/suspeito. O feminicídio é o resultado de um ciclo de violências a que aquela mulher foi submetida por aquele agressor/suspeito.

Identificar o agressor/suspeito. Se as fontes da polícia insistirem em preservar a identidade, informar o motivo do sigilo.

Aproveitar o espaço para oferecer mais informações sobre VG, suas causas, consequências, ações de enfrentamento. Alertar, por exemplo, sobre micromachismos e “pequenas violências”: a importância de observar esses sinais que podem evoluir no ciclo de violências que leva ao feminicídio. Entrevistas pergunta-resposta, áudios ou vídeos etc. podem abordar assuntos relacionados sem perder a atualidade, ajudando na prevenção e conscientização. Exemplos: relacionamentos abusivos; masculinidades, etc.

Aproveitar para desconstruir mitos e estereótipos que estão na base das VG e dos feminicídios. A não aceitação do término de uma relação, ciúmes, etc. não são uma causa do feminicídio. O que provoca a VG e os feminicídios são as desigualdades de gênero naturalizadas pela cultura machista.

## CHECKLIST PARA AVALIAR A QUALIDADE DA COBERTURA DE FEMINICÍDIOS



Evidenciar que o caso se constitui como uma VG. O crime poderia ter sido evitado se o alvo não fosse uma mulher? Teria ocorrido, nas mesmas circunstâncias, se a vítima fosse um homem?

Evidenciar, sempre que possível, o recorte racial do feminicídio (63% das vítimas são negras). Mostre-o como reflexo de vulnerabilidades a que estão expostas pessoas não brancas. Esteja atento aos vários marcadores interseccionais, para além da classe, raça e etnia, como sexualidade, capacidade corporal, origem/nacionalidade, etc.

Utilizar a linguagem de forma responsável. Não usar declarações ou termos que justifiquem o crime ou minimizem a responsabilidade do autor (“era um bom pai”, “bom filho”, tratava ela “como uma princesa”, “perdeu a cabeça”, “estava transtornado”, “fora de si”, “embriagado”, matou “por ciúme” ou “não aceitou o término”). Não usar termos que inferiorizem a vítima ou minimizem o viés de gênero do crime (“dramática”, “exagerada”, “sensível demais”, etc.).

Utilizar termos como feminicídio, violência de gênero, crime de gênero ou machista para se referir ao assassinato e enquadrar o relato. Não usar jamais “crime passional”. O crime não foi causado pela paixão e sim pelo sentimento de posse ou domínio sobre a mulher.

## CHECKLIST PARA AVALIAR A QUALIDADE DA COBERTURA DE FEMINICÍDIOS



Respeitar o público LGBTQIA+. No caso de mulheres transgênero, use o nome social e a flexão de gênero no feminino. Não use nome de registro ou denominações masculinas.

Evitar sensacionalismo. Observar o que estabelece o Código de Ética dos Jornalistas (FENAJ), sobretudo nos artigos 6º e 11º. Privilegiar abordagens na prevenção e sensibilização para os problemas sociais da VG.

Não utilizar títulos “caça-cliques”, pois é desrespeitoso e afeta a credibilidade jornalística. Ex: “Homem é indiciado suspeito de feminicídio de namorada que filmou a própria morte”; “Homem mata companheira a facada e depois sai para beber com primo”; “Homem mata mulher com amolador de facas”.

Evitar descrever detalhes do crime ou do *modus operandi* do agressor/suspeito. Evitar também o uso de fórmulas repetitivas ou o relato como se fosse mais um homicídio como outro qualquer (Ex: “mais uma mulher foi morta...”; “um novo caso de feminicídio...”), para evitar a banalização e/ou naturalização. Priorizar também a construção do relato na ordem lógica da agressão e não na voz passiva: “Homem/marido matou a mulher...” e não “Uma mulher foi morta...”.

## CHECKLIST PARA AVALIAR A QUALIDADE DA COBERTURA DE FEMINICÍDIOS



Respeitar e preservar a memória da vítima. Aspectos íntimos da sua vida devem ser preservados, conforme recomendam as “Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres - Feminicídios”, organizado pela ONU Mulheres em parceria com o governo brasileiro.

Evitar termos que culpabilizam ou julgam a conduta da vítima. Exemplos: “havia bebido”, “usava roupas curtas”, “era prostituta”, “saiu com alguém que acabara de conhecer”, “suspeitava que ela o traía” etc. Nada justifica o feminicídio.

Não divulgar imagens da vítima, da violência ou que reforçam sensacionalismo e/ou estereótipos (cenas do crime, armas, bairros etc).

Usar recursos audiovisuais e/ou hiperlinks que complementam informações sobre o problema da VG ou ações para enfrentá-la (infográficos, linhas do tempo, galeria de imagens, entrevistas etc).

Divulgar telefones: Violência contra a mulher - Disque 180; perigo imediato - 190 (PM); Crianças e Adolescentes -Disque 100 - Direitos Humanos.

Divulgar rede de proteção, apoio e assistência existentes na região.

Fazer moderação de comentários. A internet é usada para a propagação de discursos misóginos e machistas, que culpabilizam a vítima e negam ou minimizam a violência de gênero.

# OUTRAS INFORMAÇÕES E CONTATOS

- Site do grupo de pesquisa Transverso (PPGJOR UFSC):  
<https://transverso.ufsc.br/>
- <https://www.instagram.com/transverso.ufsc/>  
Documentário *História mal contada: os feminicídios na cobertura jornalística* (27 min):
- <https://transverso.ufsc.br/cobertura-de-femicidios/>
- Podcast (3 episódios de 18 min)
- Dados e artigos da pesquisa; lista de sugestões de fontes especializadas.

**Obrigada!**

# REFERÊNCIAS

- ◉ Código de ética de jornalistas brasileiros. FENAJ. Vitória, 04 ago 2007.
- ◉ LEAL, Bruno S.; CARVALHO, Carlos Alberto.; ANTUNES, Elton. Cobertura jornalística da violência de gênero - aproximações a uma realidade complexa. In: LEAL, B.S; CARVALHO, C.A.; ANTUNES, E. (Orgs.). *Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil*. Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 45- 64.
- ◉ Minimanual do Jornalismo Humanizado. Parte I: Violência contra a mulher. ONG Think Olga. 2016.
- ◉ NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jéssica Costa; COELHO, Isabel Colucci. A estratificação do sexo na cobertura de feminicídios em Santa Catarina: reflexões conceituais e metodológicas a partir do pensamento de Gayle Rubin. In: **ANAIS** do 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2022.
- ◉ NOTA TÉCNICA Nº 29 - DPGU/DNDH. Defensoria Pública Geral da União. Construção de política pública de prevenção primária para divulgação midiática de casos de feminicídio. Brasília, 05 de março de 2024.
- ◉ Oliveira, Niara; Rodrigues, Vanessa. *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida*. São Paulo: editora Drops. 2021.
- ◉ PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

# REFERÊNCIAS

- ◉ Protocolo antifeminicídio: Guia de boas práticas para a cobertura jornalística. Associação Baiana de Imprensa (ABI). 2024.
- ◉ SEGATO, Rita Laura. *Qué es un feminicidio: notas para un debate emergente*. Ed. Departamento de Antropologia. Série Antropológica. Universidade de Brasilia. Brasilia, 2006. p. 01-11.
- ◉ SILVA, Terezinha; BERTASSO, Daiane. Lentes interseccionais em uma proposta metodológica para análise de cobertura jornalística sobre feminicídio. In: XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), evento híbrido, Buenos Aires, 26 a 30 de setembro de 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qOjzyABGodLkoXYkN3Y9f6wCdwKegElZ/view?usp=sharing>
- ◉ SILVA, Terezinha (Coord.). *Os feminicídios em Santa Catarina e a cobertura jornalística: mapeamento de um problema público*. Relatório de pesquisa. Transverso. PPGJOR/UFSC, Florianópolis, 2023.
- ◉ SILVA, Terezinha; ARAUJO, Thaís; OJEDA, Lynara . Do privado ao público: o ciclo de violências exposto nas falas de filhas(os) de vítimas de feminicídios em relatos jornalísticos. *Fronteiras*, v. 26, p. 64-77, 2024a.
- ◉ SILVA, Terezinha; ARAUJO, Thaís; PEREIRA, Eduarda; KOCH, Diana Mannes. Vítimas em destaque: fatores de visibilidade na cobertura de feminicídios. *Observatório*, 2024b.
- ◉ VIVARTA, Veet (Coord.). *Imprensa e agenda de direitos das mulheres- uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília: ANDI; Instituto Patrícia Galvão. 2011.